

# Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,  
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos  
colunalevi@gmail.com

## Ponte Salvador-Itaparica cria um novo mapa econômico na Bahia

Março de 2009, Jaques Wagner governador, entregou a Lula, então presidente, o que seria um projeto para a ponte Salvador-Itaparica, em encontro no Centro de Convenções da Bahia (o que caiu). Perguntamos ao engenheiro Norberto Odebrecht, presente ao ato: qual é a chance de a iniciativa privada construir e explorar essa ponte?

Ele pediu reservas, não queria ser protagonista de polêmicas, mas respondeu:

– Do ponto de vista da iniciativa privada, botar o dinheiro na expectativa de ex-

plorar e ser ressarcido, nenhuma. Mas governo é governo. Se quiser, vai e faz.

Que pena o velho Norberto não esteja vivo para ver. Não foi bem como ele pensou. Na real, uma PPP, ou Parceria Público-Privada, algo tipo meio lá, meio cá.

**NOVO RUMO** — O fato é que a ponte, quando acontecer, será um marco na história da Bahia. O colonizador português tinha uma lógica objetiva: procurava um braço de mar para garantir a

logística do seu principal meio de transporte, o barco, com água doce por perto e preferencialmente um lugar alto, para garantir ventilação e prevenção militar.

Essa área, de Itaparica a Itacaré, toda litorânea, de forte presença colonial, com o advento da economia girando pelos meios rodoviários, ficou um tanto escanteada. A ponte vira esse jogo. Vai dar uma acessibilidade que nunca existiu para Salvador, onde o PIB é bem maior, o dinheiro corre.

## Paulo Vila, da Usupport, afirma que a cidade e o porto ganham

Paulo Vila, diretor-executivo da Associação dos Usuários de Portos da Bahia (Usupport), disse ontem que a ponte Salvador-Itaparica é uma boa pedida para Salvador.

– Salvador é uma península. E península bem do latim. Pen é quase e insula é ilha. É uma quase ilha. Disso resulta que 99% das cargas rodoviárias da capital baiana chegam por uma única via, a BR-324. Criar alternativas é uma necessidade.

Ele diz que, do ponto de

vista do Porto de Salvador, os possíveis problemas com o traçado da ponte podem ser resolvidos ao longo do ano, tempo em que o projeto será elaborado.

Resalta também que para o porto em si a ponte é uma boa pedida.

– O Porto de Salvador é de contêineres. Ora, os mais próximos que temos hoje na Bahia são o de Vitória e o de Suape, em Pernambuco. A ponte vai encurtar distâncias. Teremos mais cargas.

## O Planserv, o TJ e a dívida

Embora o TJ tenha soltado nota dizendo que deve apenas R\$ 12 milhões ao Planserv, e não R\$ 38 milhões, como ontem divulgamos, o Planserv afirma que a dívida real é mesmo de R\$ 38 milhões, referentes às contribuições patronais não realizadas de 2015 a 2018, mais as atualizações.

A contribuição patronal é parte dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria, autarquias e fundações.



João Leão, Marcus Vinícius e Rui Costa ontem no leilão

## A ilha quer ser destino e não apenas uma passagem

Presente ontem no leilão da ponte, Marcus Vinícius (MDB), prefeito de Vera Cruz, conversou com o governador Rui Costa e falou das expectativas dele sobre os novos tempos:

– A logística do projeto pensa na Bahia e eu penso em Vera Cruz. Além dos 22,3 km de ponte, nós temos, no bojo da Ilha de Itaparica, 22 km de Via Expressa. Ora, nós não queremos ser apenas passagem, mas principalmente destino.

Segundo Marcus, Vera Cruz tem hoje, segundo o IBGE, 43 mil habitantes, e segundo ele, mais de 50 mil com certeza absoluta:

– A previsão é que em duas décadas teremos 300 mil habitantes. Temos que resolver o problema do abastecimento de água, que hoje já é um problema, e de saneamento.

## POLÍTICA COM VATAPÁ

### Reduto fechado

Conta o deputado Antônio Henrique Júnior (PP) que Balthazarino Andrade, duas vezes prefeito de Barreiras (de 1973 a 1976 e de 1983 a 1987), depois deputado estadual, homem que marcou época na história do município por uma sucessão de obras tidas como 'futuristas' realizadas, lá um dia recebeu em seu gabinete o vereador Aguiinaldo Pereira:

– Vim aqui lhe dizer que estão invadindo o meu reduto, lá no Bezorro.

Muito do jeito dele, Balthazarino pegou papel, caneta, escreveu alguma coisa e entregou:

– Tome aqui vereador.

– O que é isso?

– Uma ordem pra você comprar umas bolas de arame farpado e cercar o seu reduto. É o que eu posso fazer por você.

**CORREÇÕES** — Duas correções: o nome do Maracaná é Estádio Jornalista Mário Filho e não Mário Leal Filho, como publicamos, corrige o leitor Adolfo Orosio. E também leitor Antônio Mário Melo faz outra correção: a Paralela é Avenida Luiz Viana e não Luiz Viana Filho. Aos dois, mui grato.

**CAIXA CULTURAL**  
apresenta

**A DITA CURVA**

**13 A 15 DE DEZEMBRO DE 2019**  
sexta às 20h  
sábado às 18h e 20h  
domingo às 19h

CAIXACULTURAL.GOV.BR  
CAIXACULTURALSALVADOR

CAIXA Cultural Salvador  
Rua Carlos Gomes, 57  
Centro - Salvador/BA  
(71) 3421-4200

REALIZAÇÃO: PATROCÍNIO:

**PROJETO ANTICRIME** Para Ajufe, implementar tal figura seria inadequado e de difícil operacionalização

## Ex-colegas de Moro pedem veto a 'juiz de garantias' no pacote

PEPITA ORTEGA

Estádio Conteúdo, São Paulo

A Associação dos Juizes Federais do Brasil enviou na quarta-feira, 11, ao ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública) um ofício pedindo veto à criação do juiz de garantias no pacote anticrime aprovado pelo Senado na mesma quarta-feira. Segundo a entidade de magistrados, a implementação de tal figura — que ficaria responsável por decisões durante a investigação criminal, mas não julgaria o caso no final do processo — seria de difícil operacionalização, implicaria gastos significativos, além de ser “desnecessário e inadequado” a sua própria finalidade, de afastar suposto problema de “contaminação” de juizes.

Na quinta-feira, 12, Moro afirmou que trechos do pacote anticrime podem ser vetados pelo presidente Jair Bolsonaro. O ministro não citou itens, mas a reportagem apurou que um deles seria o relativo ao juiz de garantias. A criação de tal figura não fazia parte do pacote apresentado pelo ministro ao Congresso em fevereiro. O item foi incluído pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisou as propostas do ex-juiz federal e do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

O principal argumento para implementação do juiz de garantias seria a ideia de que a atuação do magistrado

na fase investigativa de um processo prejudicaria sua imparcialidade para conduzir a ação penal e proferir uma sentença.

Para Ajufe, no entanto, a criação de tal figura estaria fundada em “conjecturas e pressuposições”, além de ser de difícil implantação e gerar impactos no orçamento do Poder Judiciário. A entidade argumenta que, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, cerca de 40% das Comarcas da Justiça são compostas por apenas uma Vara, e dessa maneira para implantação do juiz de garantias, seria necessário, no mínimo, do-

### IMPLEMENTAÇÃO NÃO ESTAVA NO PACOTE

**A criação do 'juiz de garantias' não fazia parte do pacote apresentado pelo ministro ao Congresso em fevereiro. O item foi incluído na Câmara dos Deputados**

### ASSOCIAÇÃO DE JUÍZES REBATE ARGUMENTOS

**A associação rebateu também o argumento de que o juiz das garantias tem previsão no ordenamento jurídico de outros países**

brar o número de magistrados de primeira instância.

A associação questiona ainda se a criação do juiz de garantias seria necessária e adequada, argumentando que a figura definida do projeto anticrime não seria capaz de evitar a suposta “contaminação” do magistrado do processo, que, após o recebimento da denúncia, teria contato com peças da investigação criminal.

“Além disso, nos termos da proposta, o magistrado, no curso da fase processual, pode decretar cautelares, inclusive sem prévio contraditório. Portanto, as supostas ‘fontes de contaminação’ permaneceriam à disposição do juiz do processo”, diz ainda a Ajufe.

### Sistemas diferentes

A entidade rebateu também o argumento de que o juiz das garantias tem previsão no ordenamento jurídico de outros países.

Sobre essa questão, a Ajufe argumenta que os modelos estrangeiros que adotam a figura do juiz da instrução não se aproximam do sistema brasileiro.

“Naqueles, o juiz possui atuação proativa na produção probatória, enquanto que nesse a atuação é meramente reativa. Assim, para esses modelos faz-se presente a existência de dois magistrados incumbidos no modelo pátrio essa exigência é despendida”, dizem os magistrados.